

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2.241/2024

*“Institui o Programa “Não Se Cale”, como protocolo de conduta para espaços públicos e privados de lazer, em situações de agressão sexual, no Estado da Paraíba, e dá outras providências.”*

### PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.

**Voto do Relator:** A apresentação de projetos que tratem sobre diretrizes relacionadas a políticas públicas que devam orientar o Poder Público em sua busca pelo bem comum não interferem na competência administrativa do Executivo. As normas criadas nesse sentido têm efeito programático, ou seja, devem balizar a formulação das políticas concretas do Poder Público. Elas indicam um caminho a seguir. Neste ponto não afronta às competências reservadas ao Poder Executivo e nem o princípio da Separação dos Poderes, sendo assim a atuação legítima do legislador e do parlamento Estadual na busca pelo bem coletivo.

#### Parecer pela constitucionalidade do Projeto.

AUTOR (A): **DEP. CAMILA TOSCANO**

RELATOR (A): **DEP. SILVIA BENJAMIN**

PARECER - Nº \_\_\_\_566\_\_\_\_/2024

## I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Ordinária nº 2.241/2024**, de autoria da **Deputada Camila Toscano**, para instituir o Programa “Não Se Cale”, como protocolo de conduta para espaços públicos e privados de lazer, em situações de agressão sexual, no Estado da Paraíba, e dá outras providências.

A matéria constou no Expediente do **dia 07 de maio de 2024**.

Instrução processual em termos. Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

### **II. I – Breve síntese e justificativa da propositura:**

O art. 1º determina que fica instituído, no Estado da Paraíba, o Programa “Não Se Cale”, que consiste num protocolo de ações para espaços públicos e privados de lazer, que se destinem a detectar situações de agressão sexual e estabeleçam procedimentos de ação nos casos que ocorram em suas dependências. Compreendem-se como espaços públicos e privados de lazer todos os locais de encontro, relacionamento e socialização, tais como restaurantes, bares, casas noturnas e de espetáculos, dentre outros.

O art. 2º dispõe que o referido Programa será de adesão facultativa e terá como objetivo reservar às pessoas responsáveis e que trabalham em espaços de lazer o papel ativo de identificar situações de risco à integridade de usuários e garantir os devidos cuidados às vítimas de agressão sexual. Compreendem-se como agressão sexual as condutas tipificadas no Título VI do Código Penal – Dos crimes contra a dignidade sexual.

O art. 3º estabelece que o espaço de lazer que aderir ao Programa “Não Se Cale” deverá providenciar capacitação de seus funcionários para habilitá-los a detectar situações de agressão sexual e o procedimento de ação face aos casos que ocorrerem em suas dependências. Além disso, a capacitação deverá oferecer, entre outros aspectos, instruções adequadas para que os funcionários e responsáveis pelo local saibam como agir em caso de agressão sexual. Cartilhas com explicações das fases do protocolo devem ser divulgadas no site do Governo do Estado da Paraíba e estar disponíveis em versão física aos funcionários do estabelecimento para consulta.

O art. 4º prevê que a capacitação observará as seguintes recomendações: I - os funcionários e responsáveis pelo espaço devem procurar conduzir a vítima e seus possíveis acompanhantes até um local reservado e seguro dentro do próprio estabelecimento o mais rápido possível

para que sejam prestados primeiros cuidados de emergência; II - os funcionários e responsáveis devem ser treinados para identificar a partir da agressão ocorrida e da vontade da vítima o momento de acionar emergência médica e policial; III - os funcionários e responsáveis devem ser orientados a buscar informações sobre o possível agressor, através de testemunhas ou câmeras de vídeo e compartilhar com as autoridades policiais, caso solicitado.

O art. 5º elenca os princípios do Programa: I - garantir que a pessoa agredida receba os cuidados apropriados e que a vítima não seja deixada sozinha em nenhum momento, desde a sinalização do evento; II - garantir que a vítima receba as informações necessárias e orientações corretas sobre os procedimentos jurídicos e de saúde a serem tomados após uma agressão, sempre respeitando a premissa de que a decisão final deve ser tomada pela vítima, ainda que pareça incompreensível por aquele que está prestando assistência; III - evitar sinais de cumplicidade com o possível agressor mesmo que seja apenas para reduzir o clima de tensão; IV - garantir a privacidade da pessoa agredida; V - garantir a presunção de inocência do possível agressor.

O art. 6º estabelece a criação do Selo “Não Se Cale”, a ser certificado e expedido pelo Poder Público Estadual aos estabelecimentos que se comprometerem a adotar protocolos adicionais de assistência à vítima de violência ou abuso sexual. Para recebimento do referido Selo, o estabelecimento interessado deverá apresentar à Secretaria responsável pela certificação proposta de adesão ao Programa, contendo plano de ação em caso de ocorrências que demandem assistência especial à vítima. Por fim, no caso de descumprimento do protocolo, o estabelecimento perderá o Selo “Não Se Cale”.

Como **justificativa**, a autora da propositura defende que, por meio dessa iniciativa, os estabelecimentos terão todas as diretrizes e cursos para que seus colaboradores saibam prestar auxílio adequado às vítimas de assédio, abuso, violência e importunação: desde a saída do local em segurança até o acionamento da rede pública de saúde e segurança.

Segundo a nobre parlamentar, *“Trata-se de um fluxo completo de ações em prol das vítimas, que prevê inclusive um selo de reconhecimento para estabelecimentos conforme o nível de capacitação das equipes e estabelecimentos”*.

## II. II – Da análise da CCJR:

Pois bem, de início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à *Comissão de Constituição, Justiça e Redação* examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação fazendo um estudo a respeito da adequação do Projeto às regras constitucionais vigentes e decidir se ela se encontra apta a continuar a sua tramitação.

Primeiramente, registre-se que o conteúdo proposto é de natureza legislativa, e de competência do Parlamento Estadual, diante de sua pretensão para criar medidas de prevenção do fenômeno da violência contra a mulher, em suas várias formas.

Neste sentido, a apresentação de projetos que tratem sobre diretrizes relacionadas a políticas públicas que devam orientar o Poder Público em sua busca pelo bem comum **não** interferem na competência administrativa do Executivo. É dizer, **as normas criadas nesse sentido têm efeito programático, ou seja, devem balizar a formulação das políticas concretas do Poder Público**. Elas indicam um caminho a seguir. Neste ponto não afronta às competências reservadas ao Poder Executivo e nem o princípio da Separação dos Poderes, sendo assim a atuação legítima do legislador e do parlamento Estadual na busca pelo bem coletivo.

No mais, a proposta cumpre com os requisitos regimentais e jurídicos aferidos por esta Comissão, merecendo assim ter reconhecida sua admissibilidade.

II. III - CONCLUSÃO:

Portanto, diante do exposto, opino pela constitucionalidade do **Projeto de Lei Ordinária nº 2.241/2024**, em sua forma original. É o voto.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2024.



DEP. SILVIA BENJAMIN  
RELATORA

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Relator(a), opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Ordinária nº 2.241/2024**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2024.



Dep. João Gonçalves  
**PRESIDENTE**



DEP. CAMILA TOSCANO  
Membro



Dep. Jutay Meneses  
Membro



DEP. SILVIA BENJAMIN  
MEMBRO



DEP. DEL WALLBER VIRGOLINO  
Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO  
Membro

DEP. CHICO MENDES  
Membro